

## **Trabalho colaborativo: reorganização das práticas escolares numa perspectiva inclusiva**

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2024.22.1.9109>

Daiana Aparecida Teles Vieira de Lima<sup>1</sup>, Everton Schwartz da Silva<sup>2</sup>, Janaíne Gonçalves de Oliveira<sup>3</sup>, Josiele Regiane Grossklaus Senff<sup>4</sup>, Sandra Salete de Camargo Silva<sup>5</sup>

**Resumo:** O estudo é vinculado ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) e ao Espaço de Estudos e Pesquisas em Educação, Direito e Inclusão (EPEDIN) da Universidade Estadual do Paraná - Campus União da Vitória. Considerando a relevância do trabalho colaborativo, a pergunta que permeia o problema da pesquisa é: Como repensar as práticas escolares para atender as diferenças em uma perspectiva inclusiva? Nesse sentido, a pesquisa objetiva evidenciar como o trabalho colaborativo contribui com a reorganização escolar, efetivando práticas pedagógicas inclusivas. O referencial teórico do estudo da temática proposta, de cunho qualitativo bibliográfico, respalda-se nas obras dos(as) autores(as) Damiani (2008), Roldão (2007), Mendes (2023) e Libâneo; Oliveira; Toschi (2012); Lück (2011). A fim de propiciar ambientes adequados e inclusivos, a escola vem passando por um processo de revisão quanto a sua estrutura e organização pedagógica. No entanto, um ambiente que acolha as diferenças e oportunize a todos(as) o acesso ao currículo requer a participação de todos(as) os(as) responsáveis no processo de escolarização dos(as) estudantes. Desta forma, é necessário desenvolver uma cultura colaborativa, em que os(as) profissionais compartilham seus saberes e responsabilidades, promovendo um apoio mútuo, na busca de um objetivo comum.

**Palavras-chaves:** Educação Inclusiva, Colaboração, Estratégias Pedagógicas.

### **Collaborative work: reorganizing school practices from an inclusive perspective**

**Abstract:** The study is linked to the Graduate Program, Professional Master's Degree in Inclusive Education (PROFEI) and the Space for Studies and Research in Education, Law and Inclusion

<sup>1</sup> Mestranda pelo PROFEI UNESPAR Campus União da Vitória Docente efetiva do Município de União da Vitória. Mestranda em Educação Inclusiva pelo Programa de Pós-graduação Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI da Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR. Email: [vdaiana16@yahoo.com](mailto:vdaiana16@yahoo.com)

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/Campus de União da Vitória. Docente da rede pública do Estado do Paraná. Email: [everton.silva5@escola.pr.gov.br](mailto:everton.silva5@escola.pr.gov.br).

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Inclusiva– PROFEI/UNESPAR. Email: [janainegdeoliveira@gmail.com](mailto:janainegdeoliveira@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestranda pelo PROFEI UNESPAR Campus União da Vitória. Docente efetiva do Estado de Santa Catarina e do Município de Porto União-SC. Mestranda em Educação Inclusiva pelo Programa de Pós-graduação Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI da Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR. Email: [josiele.r.grossklaus@gmail.com](mailto:josiele.r.grossklaus@gmail.com)

<sup>5</sup> Graduada em pedagogia (UNICENTRO) e direito (UEM), doutora e mestra em Educação (UEM). Professora Associada do Centro Ciências Humanas da Educação do curso de Direito e Pedagogia do Campus de União da Vitória da Unespar e docente permanente do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Educação Inclusiva da Universidade Estadual de Paraná (UNESPAR). Email: [sandra.salete@unespar.edu.br](mailto:sandra.salete@unespar.edu.br)

(EPEDIN) at the State University of Paraná - União da Vitória Campus. Considering the relevance of collaborative work, the question that permeates the research problem is: How can we rethink school practices to cater for differences from an inclusive perspective? In this sense, the research aims to show how collaborative work contributes to school reorganization, making inclusive pedagogical practices effective. The theoretical framework for the study of the proposed theme, of a qualitative bibliographical nature, is based on the works of the authors Damiani (2008), Roldão (2007), Mendes (2023) and Libâneo; Oliveira; Toschi (2012) Lück (2011). In order to provide suitable and inclusive environments, schools have been going through a process of reviewing their structure and pedagogical organization. However, an environment that welcomes differences and gives everyone access to the curriculum requires the participation of all those responsible for the students' schooling process. It is therefore necessary to develop a collaborative culture in which professionals share their knowledge and responsibilities, promoting mutual support in pursuit of a common goal.

**Keywords:** Inclusive Education, Collaboration, Pedagogical Strategies.

## Introdução

Adotar práticas que promovam uma cultura de inclusão em um ambiente que acolha e valorize as diferenças ainda é um desafio enfrentado pelas escolas na atualidade.

O processo educativo pensado e organizado para todos(as) envolve elementos fundamentais que visam além do acesso à escola. São necessárias, portanto, ações capazes de responder às diferentes demandas presentes em sala de aula.

Propiciar ambientes inclusivos requer a reorganização da estrutura e das práticas escolares, o que não é uma tarefa simples, tampouco, responsabilidade única do(a) professor(a).

Nessa direção, salientamos que todos(as) os(as) profissionais envolvidos na escolarização dos(as) estudantes desempenham papéis fundamentais no apoio ao processo de aprendizagem e desenvolvimento de cada um. Logo, a responsabilidade da construção de um ambiente inclusivo compreende a interação e a participação de todos(as), numa perspectiva colaborativa.

Sendo assim, a pesquisa objetiva evidenciar como o trabalho colaborativo contribui com a reorganização escolar, efetivando práticas pedagógicas inclusivas. Compreende-se que os(as) estudantes apresentam singularidade e necessidades específicas, assim, as práticas pedagógicas precisam ultrapassar as abordagens tradicionais de ensino e ser repensadas para atender a subjetividade humana. Ao longo da

pesquisa, usaremos o termo subjetividade humana, pois compreendemos que a presença da diversidade em nossa sociedade é algo indiscutível, e que, portanto, faz-se necessário pensar nos(as) sujeitos(as) de direitos e valorizar as diferenças.

O trabalho colaborativo vem como alternativa promissora, para abordagem participativa e solidária, a fim de promover não apenas a aquisição de conhecimento, mas também o desenvolvimento integral dos(as) estudantes.

### **A organização da escola**

Ao se discutir sobre a temática da educação em uma perspectiva inclusiva, é possível perceber avanços expressivos nas diversas normativas implementadas no sistema educacional brasileiro a partir da década de 1990.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (2015) estabelecem a garantia de acesso e permanência de todos(as) os(as) estudantes nas classes comuns nas escolas regulares, com vistas a superar práticas segregadoras e garantir uma educação com equidade para todos(as).

Apesar desse suporte, o que se percebe é que nem todos(as) os(as) estudantes conseguem se apropriar de aprendizagens significativas nos contextos educacionais e, nesse sentido, é importante ressaltar a afirmação de Mendes (2023, p. 42), a qual menciona que “[...] a inclusão escolar compreende muito mais do que a ampliação das condições de acesso dos/as estudantes à escola. É preciso garantir condições para que todos/as possam aprender e usufruir plenamente dos processos escolares”.

Nessa vertente, constata-se que há muito a ser feito para se efetivar na prática escolar um ensino que permita que todos(as) os(as) estudantes tenham oportunidades de aprendizagem “[...] é necessário um trabalho efetivo de práticas inclusivas, a serem realizadas dentro da sala de aula de ensino comum, por toda a equipe escolar, e isso só se consegue através de um trabalho de parceria e colaboração” (Capellini; Zerbato, 2019, p. 13-14) buscando contemplar as especificidades de aprendizagem não apenas dos(as) estudantes com deficiência, mas de todos(as) os(as) estudantes.

O sucesso da inclusão escolar não depende apenas da disposição de recursos e de apoio individualizado aos(as) estudantes que necessitam. Para que mudanças ocorram, é necessário promover condições que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem.

Essas condições incluem, entre outros fatores, uma gestão democrática e participativa, recursos materiais e humanos, e um Projeto Político Pedagógico (PPP) com objetivos claros e metas bem definidas, ou seja, que considerem o contexto em que a Instituição de Ensino está inserida e assim garantam a todos(as) o acesso ao currículo.

Mediante o trabalho colaborativo, os segmentos passam a considerar a escola na totalidade. Começam a trabalhar juntos(as) para resolver situações diversas para o pleno desenvolvimento das atividades escolares que, em muitas situações, exige a reconstrução, a reformulação de hipóteses, a socialização e o compartilhamento de ideias para tomadas de decisões, enfim, passam-se a existir uma identidade coletiva e uma gestão democrática.

Segundo Damiani (2008, p. 225), “O trabalho colaborativo possibilita, além disso, o resgate de valores como o compartilhamento e a solidariedade – que se foram perdendo ao longo do caminho trilhado por nossa sociedade, extremamente competitiva e individualista.”

Assim, compreende-se a relevância das relações entre os(as) sujeitos(as), valorizando a subjetividade humana, as vivências e o conhecimento de cada um(a).

### **Gestão escolar: uma abordagem inclusiva**

Pensar em práticas escolares numa perspectiva inclusiva requer um olhar atento à organização e à gestão da escola. É preciso repensar os ambientes de ensino, refletindo sobre novas formas de garantir uma educação de qualidade para todos(as). Além disso, é necessário considerar a convergência entre a atuação do(a) professor(a) e a organização das práticas escolares.

A escola é um espaço de relações humanas e sociais em que os princípios interativos se dão por meio de estruturas e processos organizacionais, sendo que as tomadas de decisões se constituem por meio da gestão participativa (Libâneo; Oliveira; Tochi, 2012).

Nessa direção, Gil (2005) sugere que as práticas inclusivas tenham como participantes: o(a) professor(a), a família, a coordenação pedagógica e, principalmente, os órgãos governamentais, a fim de transformar as escolas comuns em um espaço para todos(as), sem discriminação. Logo, “A participação é fundamental por garantir a gestão democrática da escola, pois é assim que todos envolvidos no processo educacional da

instituição estarão presentes, tanto em construção de propostas como em decisões” (Libâneo, 2001, p. 81).

Diante da importância do(a) gestor(a) escolar na organização e nas ações, pensando nas práticas inclusivas, é relevante destacar o incentivo no desenvolvimento de projetos coletivos que envolvam toda a escola, isso deve acontecer a partir de um planejamento e organização por meio de um trabalho colaborativo.

[...] quando o dirigente escolar atua sobre o modo de ser e de fazer da organização educacional, está efetivamente promovendo gestão escolar, isto é, está mobilizando esforços, canalizando energia e competências, articulando vontades e promovendo a integração de processos voltados para a efetivação de ações necessárias à realização dos objetivos educacionais, os quais demandam a atuação da escola como um todo de forma consistente, coerente e articulada (Lück, 2011, p. 131).

Salienta-se que desenvolver essa função não é uma tarefa fácil, pois cada espaço escolar é diferente, e os(as) gestores se deparam com diversos desafios conforme a realidade de cada espaço educacional. Assim, entender as contradições sociais e educacionais é essencial para uma proposta de ensino comprometida com o pleno desenvolvimento dos estudantes. Nesse concerne,

Uma escola bem organizada e bem gerida é aquela que cria condições pedagógicas didáticas, organizacionais e operacionais que propiciam o bom desempenho dos professores em sala de aula, de modo que todos os seus alunos sejam bem sucedidos na aprendizagem escolar (Libâneo, 2004, p. 10).

Desse modo, é necessário que o(a) gestor(a) realize a mediação, proporcionando esclarecimentos para a comunidade escolar sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas e estruturadas pela equipe mediante o trabalho colaborativo.

### **Projeto político pedagógico como aliado**

Sabe-se que o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento indispensável para a prática pedagógica e para o bom funcionamento da escola. Para sua efetiva elaboração, é de suma importância a análise histórico-cultural da comunidade que está inserida. Deste modo, cabe aos profissionais da educação conduzir essas questões de

maneira democrática e efetiva para que todos(as) se sintam sujeitos(as) pertencentes. Reiteramos o fundamental papel do gestor frente a esse processo, uma vez que

A gestão da escola, enquanto instrumento mediador do PPP da ação dos sujeitos da comunidade escolar, confere significado à (re)construção social dos modelos organizacionais, favorece a autonomia relativa dos educadores dentro dos limites das políticas públicas sociais que lhes conferem (ou não) significado (Rossi, 2004, p. 36).

De maneira clara, dinâmica e democrática, o PPP da escola deve elencar questões específicas sobre a identidade dos(as) sujeitos(as) e o conhecimento histórico-cultural do seu entorno. Esse movimento sugere reflexões quanto ao papel da escola no processo de desenvolvimento humano, que produz sentido e significado na construção do conhecimento, independentemente das especificidades de cada um.

Uma escola inclusiva pressupõe uma política educacional inclusiva, com princípios e diretrizes de inclusão social. No projeto político pedagógico e na proposta curricular de cada escola inclusiva, são necessários programas, metas e ações fundamentados na inclusão de todos no processo educacional (Silva, 2017, p. 67).

Diante da importância do PPP para as práticas escolares, é imprescindível mantê-lo atualizado, traçando novos objetivos e metas que venham de encontro à realidade atual do contexto escolar. Libâneo (2012) salienta que a construção do PPP deve ser estruturada de maneira coletiva, proporcionando a autonomia da escola, em que todos os envolvidos decidem sobre os aspectos organizacionais e pedagógicos.

A principal possibilidade de construção do projeto político pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva (Veiga, 2004, p. 14).

Percebe-se, portanto, que o PPP transcende a formalidade documental, transformando-se em um documento orientador do fazer pedagógico. Assim, permite a busca por estratégias que propiciem aos(as) estudantes desenvolver-se além de conhecimentos científicos, possibilitando a preservação da identidade cultural dos sujeitos envolvidos no processo.

Desse modo, esse importante documento estabelece critérios e indicadores para monitorar/avaliar o desenvolvimento dos(as) estudantes, permitindo identificar fragilidades e potencialidades no processo de aprendizagem, com vistas ao aprimoramento do trabalho escolar.

Ao refletir sobre a ação docente, intencional, bem planejada e articulada, é necessário que toda prática escolar esteja respaldada pelos documentos organizacionais, pois estes favorecem o diálogo e o aperfeiçoamento do processo educativo.

### **O currículo para o fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas**

O currículo escolar é um documento fundamental que orienta as práticas pedagógicas. Precisa ser compreendido como um importante aporte norteador e metodológico no ambiente educacional, estabelecendo direcionamentos que contribuem para a organização e a gestão escolar (Lima, 2020).

O termo currículo provém do latim *scurrere*, que significa caminho, percurso, trajetória a seguir. Para Zabala (1992, p. 12), currículo pode ser definido como “[...] um conjunto dos pressupostos de partida, das metas que se desejam alcançar e dos passos que se dão para alcançá-las [...]”, nele são definidos os objetivos, conteúdos, metodologias de ensino e avaliações de modo a promover a aprendizagem de todos(as) os(as) estudantes.

Neste sentido currículo na perspectiva da escola inclusiva precisa por meio das práticas pedagógicas promover uma escolarização de qualidade que permita o desenvolvimento de aprendizagens significativas, pois,

[...] Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades[...] (Brasil, 1994, p.5).

De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi, (2012, p. 489), “[...] compreende-se o currículo como um modo de seleção da cultura produzida pela sociedade, para a formação dos(as) estudantes; é tudo o que se espera seja aprendido e ensinado pela escola”.

Os autores destacam três tipos de currículos: formal, real e oculto. “O currículo formal ou oficial é aquele estabelecido pelo sistema expresso nas diretrizes curriculares

[...] o currículo real é aquele que de fato acontece na sala de aula, em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino [...]” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012, p. 490). O currículo oculto é descrito pelos autores como importante fator constituinte da aprendizagem, pois se refere às aprendizagens derivadas da convivência com as interações sociais e escolares.

Pensar o currículo, portanto, exige a compreensão de que ele se constitui não apenas de conteúdos e disciplinas, mas também das vivências sócio culturais dos(as) estudantes. Deste modo, “[...] um bom currículo ajuda a fortalecer a identidade pessoal, a subjetividade dos alunos [...]” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012, p. 493).

A organização curricular requer ações colaborativas que considerem as especificidades dos(as) estudantes, com objetivos claros e metas bem definidas, de modo a contemplar os diferentes estilos e ritmos de aprendizagens. “Não se trata de fazer remendos ou propostas de currículos separados. A perspectiva inclusiva rejeita qualquer proposta de um currículo diferente para alguns, recortado e empobrecido” (Fernandes, 2013, p. 167).

A concepção de currículo inclusivo, nessa perspectiva, está centrada na proposta de educação para todos(as), por meio de práticas escolares intencionais e comprometidas com a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

### **A colaboração na escola**

A fim de fortalecer o processo de inclusão, recorreremos ao trabalho colaborativo como estratégia promissora para responder às demandas presentes na escola. Desse modo, assegurar uma aprendizagem bem sucedida a todos(as) os(as) estudantes implica compartilhar as responsabilidades dos(as) envolvidos nesse processo, num movimento de ação e reflexão das práticas pedagógicas.

A reestruturação da escola e/ou sua reorganização também dependem da construção de uma cultura colaborativa e inclusiva em que o professor poderá ter o apoio de profissionais qualificados, como o professor de Educação Especial. Esse profissional, com seus conhecimentos especializados, pode pensar e elaborar, em conjunto, o ensino e as estratégias para o atendimento de todos (Zerbato, 2018, p. 30, 31).

Logo, o trabalho entre pares amplia as possibilidades para uma aprendizagem bem sucedida por meio de ações conjuntas que eliminem as barreiras que impedem uma parcela dos(as) estudantes a terem acesso ao currículo. No entanto, “[...] é importante observar que, ao valorizar o trabalho colaborativo, não se nega a importância da atividade individual na docência” (Damiani, 2008, p. 219).

Da mesma forma, Roldão (2007, p. 28) corrobora ao afirmar que esse processo de colaboração também exige “[...] trabalho e estudo individual, mas que se concebe na lógica do regresso ao contributo para o todo, e ao confronto com os outros, como matriz regular de produção de conhecimento”.

Os(as) autores reiteram a constituição de práticas conjuntas que promovam uma educação inclusiva sem eximir a autonomia dos(as) professores(as) sobre sua prática pedagógica. Trata-se de uma parceria em que todos(as) se sintam engajados(as) e valorizados(as) no ato de compartilhar seus saberes e experiências.

[...] O professor participa ativamente da organização do trabalho escolar, formando com os demais colegas uma equipe de trabalho, aprendendo novos saberes, assim como um modo de agir coletivo, em favor dos alunos [...] Há, portanto, uma concomitância entre o desenvolvimento profissional e o desenvolvimento organizacional (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012, p. 427).

Por envolver diferentes atores(as) nesse processo, além dos benefícios de trabalhar de maneira colaborativa, é necessário também considerar os desafios que envolvem esse contexto.

Sabe-se que a formação inicial dos(as) professores não é capaz de preparar e fornecer base para enfrentar as demandas da escola, já que não há como prever as necessidades educacionais. Para atender os desafios do cotidiano, é imprescindível que os(as) profissionais estejam dispostos a construir essa colaboração, e a gestão escolar consiga fornecer meios para que esse trabalho se efetive (Oliveira, 2023).

À medida que essas relações se fortalecem, novos significados são atribuídos no processo de inclusão, o que potencializa a ação docente na consolidação de práticas pedagógicas intencionais e efetivas.

## **Metodologia**

Em consonância ao objetivo geral desta pesquisa de evidenciar como o trabalho colaborativo contribui com a reorganização escolar, efetivando práticas pedagógicas inclusivas; a abordagem qualitativa bibliográfica foi adotada por envolver diversas fases, por meio da consulta e estudos previamente conduzidos sobre a temática, visto que permite o “[...] aprofundamento no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (Minayo, 2001, p. 22).

O embasamento teórico ancora-se em autores(as) que desenvolvem pesquisas e estudos relacionados à temática com a finalidade de apresentar informações, possibilidades de análises e reflexões para o desenvolvimento da pesquisa.

Dessa forma, espera-se contribuir para a visibilidade e relevância do trabalho colaborativo para a reorganização escolar e uma efetivação de práticas pedagógicas inclusivas, buscando garantir uma educação realmente inclusiva, que perpassa os discursos e textos oficiais, concretizando-se, na prática, dentro dos espaços escolares e não escolares.

## **Resultados e Discussão**

O resultado da pesquisa evidencia que o trabalho colaborativo no espaço escolar permite um alinhamento das práticas pedagógicas e oportuniza experiências e perspectivas inovadoras. Por meio de uma rede colaborativa, é possível organizar e promover um ambiente de aprendizagem enriquecedor e inclusivo, que reconhece e valoriza as diferenças.

Evidenciamos que a gestão escolar desempenha um papel de suma importância no processo de inclusão, de modo a favorecer a articulação entre os(as) profissionais para que, de forma integrada, contextualizada e dialógica, participem da re/elaboração dos documentos organizadores da escola.

Nessa perspectiva, o PPP aparece como aliado na dinâmica escolar, pois este permite que a comunidade escolar participe ativamente na definição dos objetivos educacionais da instituição, assim como no alinhamento das metas com as necessidades e expectativas da comunidade local, promovendo uma educação mais contextualizada e significativa.

Essa ação é necessária para que se configure uma cultura escolar inclusiva, em que todos(as) empreendem esforços e ações conjuntas para a construção de um currículo

que contemple a realidade dos(as) estudantes, de maneira responsiva aos diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Desse modo, cabe considerar o PPP, também, como prática escolar que respalda e fundamenta o desenvolvimento de um currículo verdadeiramente inclusivo.

### **Considerações finais**

Evidencia-se que os documentos organizadores das práticas escolares preveem o trabalho numa perspectiva de colaboração, já que exige, em sua elaboração, a participação de todos(as) configurando-se como elementos favoráveis na efetivação de práticas inclusivas no contexto das classes comuns nas escolas regulares.

O estudo realizado mostra a necessidade de uma mudança de cultura visando contextos inclusivos, em que o trabalho colaborativo precisa ganhar espaço para que a educação inclusiva realmente se efetive na prática. No entanto, para que esse suporte aconteça, é necessário despir-se de práticas individualistas e maximizar possibilidades para ampliar a troca de saberes entre pares.

Enfatizamos, também, a importância da reorganização das práticas escolares por meio de uma gestão incentivadora da colaboração e do diálogo, desde a elaboração do PPP até o desenvolvimento de um planejamento que contemple um currículo que respeite as diferenças e permita um ensino para todos(as).

Conclui-se que, a forma como estas construções são estabelecidas apresenta um papel decisivo na constituição e na consolidação de uma educação de qualidade, de modo que todos(as) os(as) envolvidos na dinâmica escolar sintam-se parte desse processo, reconhecendo, portanto, o trabalho colaborativo como estratégia enriquecedora para práticas escolares inclusivas.

### **Referências**

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 14 de set. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação.** Brasília: MEC/ SEESP, 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 05 nov.. 2022.

CAPELLINI, V. L.; ZERBATO, A. P. **O que é ensino colaborativo?** São Paulo: Edicon, 2019.

DAMIANI, M. F. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. Educar, Curitiba, n. 31, p. 213-230, 2008. Editora UFPR. Acesso em: 11 de março de 2024.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

GIL, M. **Educação inclusiva: O que o professor tem a ver com isso?** Marta Gil (coord). São Paulo, 2005. Realizações USP. 167 p. Disponível em: [HTTP://saci.org.br/pub/livro\\_edu](HTTP://saci.org.br/pub/livro_edu) em 25 de Novembro de 2013.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. Cortez, São Paulo, 2012.

LÜCK, H. **Gestão da cultura e do clima organizacional da escola**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Vol. V, série cadernos de gestão.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 4. Ed. Goiânia: Editora alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, Silmara Maria. **Educação e currículo: fundamentos e práticas pedagógicas**. VII Congresso Nacional de Educação. Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso: Macéio-AL, 2020.

MENDES, E. G. **Práticas inclusivas inovadoras no contexto da classe comum: dos especialismos às abordagens universalistas**. 1. ed. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro: Encontrografia Editora, 2023.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade** (18ª ed.). Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. **Educação especial: Formação de Professores para a Inclusão Escolar**. São Paulo: Contexto, 2023.

ROLDÃO, M. C. **Trabalho colaborativo de professores. Colaborar é preciso questões de qualidade e eficácia no trabalho dos professores.** Revista Noensis. Portugal, n. 71, out/dez, 2007.

ROSSI, Vera Lúcia. **Gestão do Projeto Político Pedagógico.** Entre corações e mentes. São Paulo. Ed. Moderna. 2004.

SILVA, Sandra Salete de Camargo. **Inclusão, Educação Infantil e a Formação Docente: percursos sinuosos.** Curitiba: Íthala, 2017.

ZABALA, M. A. **Planificação e desenvolvimento curricular na escola.** Porto: Edições Asa, 1992.

Zerbato, A. P. **Desenho Universal para Aprendizagem na Perspectiva da Inclusão Escolar: Potencialidades e Limites de uma Formação Colaborativa.** Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, 2018.

Submissão: 27/03/2024. Aprovação: 18/04/2024. Publicação: 18/04/2024